

**REQUERIMENTO Nº....., de 2021**  
(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)

Requer, a inclusão da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática no despacho apostado ao Projeto de Lei nº 107/2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 107, de 2020, que tem por objetivo instituir mecanismos tecnológicos a serem utilizados no processo de pagamento de compras efetuadas *on line* (comércio eletrônico).

Conforme consta em sua justificação, “de fato, algumas soluções tecnológicas vêm sendo utilizadas para reforçar a proteção de dados no comércio virtual e validar compras com a utilização de cartão de crédito. Um exemplo são os “gateways” ou “facilitadores” de pagamento, que aferem a idoneidade da transação e reembolsam o lojista em caso de fraude. No entanto, a contratação desses serviços, que se submete ao pagamento de taxas e/ou mensalidades, pode se tornar excessivamente onerosa, sobretudo para os pequenos comerciantes virtuais”. (...)

A proposta, segundo o autor, “tem por objetivo popularizar a utilização dessa ferramenta de segurança digital, que beneficia não só os consumidores, como também os lojistas e as próprias emissoras de cartões de crédito”.

O mecanismo tecnológico que pretende instituir passa pela necessidade geração de cartão de crédito adicional em formato eletrônico, com numeração e código de verificação temporários e com validade de curta duração para ser utilizado em compras via comércio eletrônico (art. 2º).

Além disso, demanda a geração de um novo fluxo eletrônico que permita a prévia confirmação por parte do consumidor no momento da compra, propondo a geração de mecanismo eletrônico que aumente a segurança nas transações realizadas de forma virtual (art. 3º).

Estipula, também, a necessidade de associação de lançamentos decorrentes da utilização do mecanismo para serem creditados ou debitados na fatura do cartão principal (art. 4º), além de apontar a responsabilização por falhas ocorridas nesse fluxo tecnológico (art. 5º).

Por fim, a proposição confere um período de 90 dias para que essas questões e funcionalidades sejam superadas, testadas e implementadas (art. 6º).

Todo esse aparato tecnológico precisa ser ágil para suportar as centenas de milhões de transações realizadas cotidianamente que suportam as



transações no comércio eletrônico que, somente entre janeiro e agosto de 2020, teve um aumento de 80%, segundo a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico e que têm no cartão de crédito o meio de pagamento mais utilizado segundo o Instituto Nielsen (67% das operações).


Os dados dessas transações precisam circular com rapidez e isso passa pela necessidade de uma eficaz transmissão dos dados que, segundo o projeto, precisará de certo grau de redundância para atender à exigência de verificação prévia pelo comprador que precisará ser acionado, via mecanismos tecnológicos e de comunicação, para dar a anuência antes da efetivação da operação (art. 3º).

Há aspectos na proposição que precisam ser avaliados para seu atendimento: rápido desenvolvimento, adequada infra-estrutura de servidores e otimização dos mecanismos de transmissão de dados que garantam adequada performance, associados à experiência do usuário. O inadequado funcionamento desse arcabouço tecnológico sugerido no projeto pode inviabilizar, prejudicar ou causar *delay* nas transações, com repercussões econômicas potencialmente significativas.

Como se nota, a avaliação de tais aspectos envolve a necessidade de tramitação da proposição pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nos termos do 32, inciso III, alíneas *a*, *e*, *i*, *g* e *j* do Regimento Interno.

Por tais motivos, requeremos a Vossa Excelência o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões,        de        de 2021.

  
Deputado PAULO ABI-ACKEL  
PSDB-MG

